



APRESENTAÇÃO

Apresentação

Continuei trabalhando. A patroa sorria dizendo que havia encontrado uma idiota que trabalhava quase de graça (Jesús, 2007, p. 249)¹.

Ricardo Rezende Figueira²

Flávia de Almeida Moura³

A revista Metaxy publica, neste número, 13 estudos temáticos sobre a escravidão contemporânea e um artigo submetido em fluxo contínuo, fora da temática.

Persistem, no Brasil, pelo número alarmante de pessoas em situações que justificam o resgate por trabalho análogo à escravidão – entre 1995 e 2024, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) resgatou 65.598 pessoas - em diversas áreas de produção e serviço (AGÊNCIA GOV | via MTE, 28/01/2025). Em 2025, a SIT resgatou 563 trabalhadores em uma usina no Mato Grosso (MTE, 07/08/2025).

No mesmo ano ocorreu a maior condenação judicial por trabalho escravo na história do país, com a empresa Volkswagen sentenciada. O juiz da Justiça do Trabalho Otávio Bruno da Silva Ferreira, de Redenção (PA), respondendo a uma Ação Civil movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), condenou a empresa a pagar R\$ 165 milhões e a publicar, em mídias de abrangência nacional, um pedido de desculpas ao país e às milhares de vítimas pelos crimes ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, na fazenda Vale do Rio Cristalino, às Pará (SUZUKI e FAUSTINO, 08/07/2025; JUNQUEIRA, 29/08/2025; SILVA, s/d).⁴

Esses e outros tantos casos evidenciam a atualidade e gravidade do fenômeno do trabalho escravo contemporâneo, que requer esforço coletivo amplo para sua compreensão e enfrentamento. É nesse cenário que se insere o dossiê reunindo 13 artigos de pesquisas apresentadas na XVI Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas, organizada pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) do NEPP-DH/UFRJ, em parceria com a Universidade Nacional de Brasília (UnB). O evento, realizado entre 7 e 9 de novembro de 2023, na UnB, coincidiu com a comemoração dos 20 anos do GPTEC.

Parte desses trabalhos está sendo publicada aqui e outra parcela foi publicada nesta edição da METAXY, e outra parte foi publicada na revista Direitos, Trabalho e Política (v. 11,

¹ Veja esta citação no texto de Luciana Conforti, reproduzido neste número da Revista Metaxy.

² Lotado no NEPP-DH/UFRJ, docente no PPDH/NEPP-DH/UFRJ, ministra aulas de Direitos Humanos no Brasil e Direitos Humanos e Relações Internacionais, respectivamente na Escola de Serviço Social e no Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ. Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo do NEPP-DH/UFRJ.

³ Lotada no Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, ministra aulas nos cursos de Jornalismo e Audiovisual além do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da UFMA. Pesquisa Comunicação, migração e trabalho escravo contemporâneo.

⁴ O MPT denunciou a partir de robusta documentação recebida dos arquivos do GPTEC/NEPP-DH/UFRJ, onde constam documentos colhidos por agentes de pastorais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Regional Araguaia Tocantins, quando o atual coordenador do GPTEC era diretor daquele regional, e com novas documentações acrescidas pelo próprio Grupo de Pesquisa nos últimos anos. O GPTEC, atualizou as denúncias ao enviar o pesquisador Matheus Faustino aos estados do Pará, Tocantins e Mato Grosso para localizar e entrevistar novamente pessoas que tinham prestado depoimentos contra a VW nos anos 1980.

n. 20, 2025) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Historicamente o GPTEC publica livros lançados por editoras, muitas delas universitárias⁵. A publicação em duas revistas científicas teve precedente na Revista da Faculdade de Direito (n. 77, jul./dez. 2020), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Histórico e atuação do GPTEC

O GPTEC foi fundado em 2003, em uma pequena sala do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRJ, acolhido pela decana Suely de Souza de Almeida. Foi primeiro embrião do que viria a se tornar o NEPP-DH/UFRJ.⁶ Naquela época, a única integrante com vínculo orgânico com a UFRJ era Gelba Cerqueira, então professora aposentada da Escola de Serviço Social (ESS). Pouco depois, o grupo recebeu um espaço maior no prédio anexo ao CFCH onde acomodou pesquisadores e um acervo documental sobre a escravidão com centenas de depoimentos de fugitivos e resgatados de fazendas e carvoarias desde a década de 1970 - peças de processos judiciais e inquéritos, relatórios de fiscalização, textos diversos, livros e fotografias. A maior parte relativa à escravidão ao Pará.⁷

Além de realizar pesquisas, o GPTEC passou também a atuar no campo das políticas públicas em 2003, quando começou a participar como observador, das reuniões regulares da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE). Desde 2011, integra também a Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo do Rio de Janeiro (COETRAE-RJ).

Utilizar a categoria escravo e escravidão, pós 1888, sob o ponto de vista acadêmico, parecia para muitos anacrônico e se optava por outras categorias, como “sistema de aviamento” e “peonagem” para o contexto amazônico; ou “morada” para o Nordeste e no Sudeste⁸. O GPTEC divergia. A escravidão era uma categoria adequada para tratar do fenômeno. Em 2005, realizou o “Seminário Internacional sobre Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos”,⁹ que resultou três anos depois em um livro, com o nome de Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para a sua análise e denúncia (Editora UFRJ, 2008).

Naquele contexto havia poucos estudos e produções sobre o tema. Apenas 13 pes-

⁵ Editora UFRJ, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Editora Universitária, EdFMT, da Universidade Federal do Mato Grosso, e pela EDUFMA, editora da Universidade Federal do Maranhão.

⁶ O Grupo existia informalmente fora da UFRJ desde 2002, composto, além do atual coordenador, pela professora Gelba Cavalcante de Cerqueira, Célia Maria Leite Costa, Sonia Andrade de Sá e Benevides, e Jayne Paula Cruz Rodrigues de Farias.

⁷ A equipe recebeu os primeiros alunos de iniciação científica, como Marcela Soares, hoje doutora e professora, e pesquisadores, como Benjamim Buclet e Vera Cavalieri. O GPTEC, como era previsto, foi incorporado no novo órgão suplementar NEPP-DH. Outros, aos poucos, enriqueceram o Grupo, como os técnicos Rafael Palmeira, Edna Galvão, Suliane Sudano e Murilo Mota e Rosimar Borges.

⁸ Por exemplo, Octávio Ianni (1978), Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller (1977), ao escreverem sobre a Amazônia, dos anos 1970, utilizaram as categorias tradicionais “peonagem” e “aviamento”. “Parece escravo”, “semiescravo” ou escravo aparecem ao citarem a imprensa, transcreverem uma entrevista ou citarem Euclides da Cunha. Dois professores utilizaram a categoria “escravidão”: a antropóloga Neide Esterici (1994), da UFRJ, e o sociólogo José de Souza Martins (1994), da Universidade de São Paulo (USP). O coordenador do GPTEC utilizou na dissertação de mestrado (FIGUEIRA, 1999) e na tese de doutorado (FIGUEIRA, 2004) as categorias escravo e escravidão.

⁹ O evento contou com a presença do reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, da decana do CFCH/UFRJ, Suely de Almeida, do ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, dos agentes da CPT frei Henri des Roziers e frei Xavier Plassat, de auditores fiscais do trabalho, membros do MPT, representante da Organização Internacional do Trabalho, da Anty-Slavery

Apresentação

quisadores participavam das discussões e apresentaram suas reflexões no Seminário. Aos poucos, o número de interessados cresceu de forma expressiva e multidisciplinar. Esse avanço ficou evidente na XVI Reunião Científica de 2023 que reuniu 119 pesquisadores, dentre eles 41 doutores e 40 mestres, provenientes de 23 universidades federais, seis estaduais e nove particulares, das cinco regiões do Brasil, além de três estrangeiras – Universidad de Salamanca (USAL-Espanha); Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (Inglaterra); Universidade de Pádova (Itália). Além desses pesquisadores, estiveram presentes pessoas de 11 instituições federais. Na reunião foram realizadas 55 apresentações de resultados de pesquisas.

Entre 2007 e 2011, o GPTEC promoveu quatro reuniões científicas anuais, todas no Campus Praia Vermelha, que contaram com a participação de professores e pesquisadores de diversas universidades e alguns convidados. A partir de 2012, os encontros passaram a ocorrer de forma alternada entre o Rio de Janeiro e outras cidades, em parceria com universidades especialmente federais, localizadas no Norte, Sudeste e Nordeste do Brasil. A primeira realizada fora da UFRJ foi a V Reunião, em Cuiabá, em parceria com a UFMT. Em 2014, a VII Reunião foi na cidade de São Paulo, SP, em um convênio com a Pontifícia Universidade Católica local (PUC-SP); em 2016, a IX Reunião foi em Belém, PA, com a Universidade Federal do Pará (UFPA); em 2018 em Belo Horizonte, MG, com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); em 2000 e 2021, motivado pela pandemia da Covid-19, as reuniões foram realizadas online; em 2021, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA); a XV Reunião, em 2022, foi em São Cristóvão, SE, em convênio com a Universidade Federal de Sergipe (UFSE); a XVI Reunião em 2023, em Brasília, em convênio com a Universidade Nacional de Brasília (UNB). Depois de Brasília houve a XVII RC, em 2024, no Rio de Janeiro em convênio com a Escola Jurídica do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e com a Associação dos Magistrados do Trabalho (AMATRA1).

Em outubro de 2025, ano da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), o evento será realizado novamente em Cuiabá, em parceria com a UFMT e com o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-23). A publicação dos artigos aqui reunidos segue uma tradição do GPTEC: após as reuniões científicas, os autores dos trabalhos apresentados enviam ao grupo seus estudos completos para publicação. Os textos são apresentados a pares que, quando aprovados, são encaminhados para publicação em livros ou em revista científica¹⁰.

Organização do dossiê

Os artigos do dossiê Trabalho Escravo Contemporâneo estão organizados em três

Internacional, da Repórter Brasil, algumas pessoas vítimas do crime, entre estes, Cícero Guedes, que, posteriormente foi assassinado.

¹⁰ Para viabilizar as pesquisas, o Seminário, as reuniões científicas e publicações o GPTEC contou ao longo dos anos com o imprescindível apoio da Fundação Ford, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, de Emenda Parlamentar e, especialmente, do MPT. Na realização da Reunião sediada no Rio de Janeiro, foram fundamentais também o apoio da Escola Jurídica do TRT1 e da Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio de Janeiro

blocos temáticos.

O primeiro. *Trabalho escravo doméstico e diversas questões*, contém seis artigos produzidos por nove pesquisadoras, a maioria da área do direito, sendo quatro professoras, duas auditoras fiscais do trabalho, uma juíza do trabalho, todas ligadas de alguma forma a grupos de pesquisa de seis universidades federais¹⁰.

O primeiro texto do primeiro bloco é “Meninas ribeirinhas: A passagem traumática do silenciamento à voz na luta contra o trabalho escravo doméstico contemporâneo” da mestranda em direito Alana dos Santos e da doutora Sandra Guimarães, ambas da UFPA. O artigo estuda três casos de meninas ribeirinhas do interior do Pará aliciadas para Belém, e submetidas ao trabalho domésticos como “crias da família”. As autoras demonstram como são submetidas à escravidão. As três sofrem situações traumáticas, são pobres, desenraizadas e buscam reduzi-las ao silêncio. O texto indica “como a escrita e a fala, resultantes de um processo educacional libertador, são atos políticos na luta contra o trabalho escravo doméstico contemporâneo”.

Na sequência, “Trabalho escravo doméstico contemporâneo e a política pública de pós-resgate: Um estudo de caso sobre a assistência jurídica da trabalhadora Madalena Gordiano”, de Arianne Oliveira, da Clínica de Enfretamento ao Trabalho Escravo da Universidade Federal de Uberlândia (CETE/UFU). A autora, a partir de um caso clamoroso sobre escravidão doméstica em Minas Gerais, realizou uma reflexão qualitativa a respeito da atuação da mesma Clínica, no pós-resgate de Madalena. Concentrou a pesquisa do estudo de caso, onde ouviu a Clínica e não propriamente a resgatada. Estudou como se deu a assistência jurídica e trabalhista e a perspectiva interseccional. Concluiu que a Clínica foi relevante na participação e na execução de uma política pública.

O terceiro artigo, “Escravidão doméstica contemporânea e a naturalização da jornada exaustiva”, da professora da UFMG, Livia Mendes Miraglia; e pelas auditoras fiscais do trabalho Cynthia Saldanha e Juliana Marcondes. Ao contrário do segundo artigo, este dá a palavra a duas resgatadas. As autoras tentam demonstrar como a jornada exaustiva pode ser compreendida como trabalho escravo doméstico. É um estudo qualitativo quanto a duração do trabalho e quanto “a intensidade do trabalho realizado”, segundo as autoras. Elas também apontam para os riscos da naturalização das atividades exaustivas quando se referem à esfera doméstica.

Em “A naturalização da exploração do trabalho doméstico feminino: Questões de gênero e raça como essenciais ao combate ao trabalho”, de Luciana Conforti, propõe uma reflexão a partir de fontes diversas, inclusive em obras autobiográficas de Carolina Maria de Jesus (2019; 2007), reportagens, artigos científicos e documentos oficiais, reflete sobre o trabalho doméstico e a escravidão. O eixo da análise se encontra na discussão levando em conta uma sociedade patriarcal, na qual raça e gênero têm papéis destacados. Ela reconhece que nos deparamos com problemas estruturais reconhecidos pelo poder judiciário em alguns casos de condenação e aponta a relevância do tema, citando o Protocolo de Julga-

¹⁰ UFPA, UFU, UFMG, UFPA, UFMA, UFS.

Apresentação

mento, com Perspectiva de Gênero, emitido pelo Conselho Nacional de Justiça.

No quinto artigo do bloco, “Trajetórias de mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão”, da professora do Departamento de Comunicação da UFMA, Flávia de Almeida Moura. A autora, inspirada em autoras feministas, apresenta resultados de uma pesquisa em curso, iniciada em 2023, realizada no Maranhão com a participação de um Sindicato de trabalhadores e trabalhadoras domésticas do Estado e de um centro de direitos humanos de Açailândia, Maranhão, que, entre outras atividades, atende pessoas resgatadas do trabalho escravo. Como no terceiro artigo, há neste estudo um trabalho empírico no qual a autora dá voz às mulheres e vem à tona aspectos de gênero, cor, relações patriarcais e violência.

O bloco se encerra com “A relação entre os fundamentos feministas da teoria da reprodução social (TRS) e a função do trabalho escravo doméstico no Brasil”, da professora Shirley Silveira Andrade busca compreender a escravização no trabalho doméstico capitalista remunerado, levando em conta a teoria de reprodução social. Critica uma visão liberal feminista e uma visão marxista ortodoxa que seriam incapazes de explicar o fenômeno. A autora realiza uma revisão bibliográfica inspirada em teorias feministas que vão além de explicações culturais.

O segundo bloco, *Trabalho escravo, interseccionalidade e tráfico*, é composto por três artigos. O primeiro, intitulado “A interseccionalidade entre tráfico internacional, contrabando de migrantes, trabalho escravo e migração: Um aporte teórico à luz da necropolítica”, de três autoras: as professoras da UFU Claudia Loureiro e Márcia Orlandini e da doutoranda da Universidade Federal de Integração Latina Americana, Sara Castro. As autoras tratam das migrações internacionais e a sua relação com o tráfico, contrabando humano e o trabalho escravo e reclamam a necessidade de maior sistematização teórica sobre o objeto. Para elas, autores que tratam da interseccionalidade, globalização, desumanização e necropolítica auxiliam a pensar o objeto, aliadas às normativas internacionais, como o Tratado de Palermo.

O segundo texto do segundo bloco é “Trajetórias cafetinadas: Poder, violência e as (in) visibilidades no tráfico de mulheres trans e travestis”, de Murilo Peixoto da Mota, da equipe do GPTEC. O texto é fruto, além de pesquisa teórica, de entrevistas realizadas com mulheres trans e, entre as narrativas, o autor traz a fala de uma mulher trans que se tornou cafetina. Há aqui histórias de brasileiras que circularam dentro e fora do Brasil, onde a Itália foi um destino, mesmo que temporário. Pessoas que viveram sonhos, mas também sofreram discriminação, violência, tráfico e exploração sexual.

Por fim, “Um olhar interseccional sobre o Caso - Empregados da Fábrica de Fogos”, da professora Flávia de Ávila juntamente com Matheus Ferreira de Jesus e José Lucas Santos Carvalho. Os autores se debruçaram sobre um caso de muita repercussão; o da explosão de uma fábrica de fogos de artifício na Bahia, quando morreram 59 pessoas adultas e infantis de sexo feminino, algumas dentre estas, grávidas, e um neném de sexo masculino. Além do gênero feminino, havia outras identidades que as unia – a pobreza, a cor preta, a baixa escolaridade e o trabalho degradante. A autora e os coautores estudaram o fato em uma pers-

pectiva interseccional e sua relação com a escravização contemporânea. E, sobre o evento da explosão, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma decisão melhor do que o caminho jurídico nacional, que não reconheceu o contexto no qual o crime se deu.

O terceiro bloco, Trabalho Escravo, GPTEC e gênese sobre estudos contém quatro artigos produzidos por seis autores e autoras. O primeiro é “O ídolo das origens: breves observações sobre uma das gêneses do campo de estudos ‘trabalho escravo contemporâneo’ no Brasil”, escrito pelo professor Daniel Brasil Justi. No texto, o argumento central é apontar como o processo histórico de surgimento e desenvolvimento da Teologia da Libertação (TdL) no Brasil culminou na atuação de agentes religiosos e leigos na região, com um campeonato já estabelecido, que hoje conhecemos como o “arco do desmatamento”. A análise principal realizada, parte dos relatos de Ricardo Rezende Figueira interativamente, com o estudo do contexto do sudeste do Pará e uma produção bibliográfica do campo no Brasil.

O segundo artigo do terceiro bloco chama-se “Proteção ao trabalhador imigrante: o que dizem as reuniões científicas do GPTEC”, da mestra em Direitos Humanos e juíza do trabalho, Daniela Valle da Rocha Muller. O artigo analisa a produção resultante das 14 Reuniões Científicas realizadas entre 2007 e 2021, a fim de detectar o que já foi pesquisado e o que ainda precisa ser conhecido em relação ao trabalho de imigrantes em condições análogas à de escravo e temas correlatos. A condição de imigrante tem se apresentado como fator de risco para a exploração ilegal e predatória de certas pessoas, sendo historicamente utilizada para negar ou rebaixar a sua condição humana e para justificar o tratamento aviltante que essas pessoas recebem nas relações de trabalho. É evidenciado que o tema tem recebido atenção dos participantes das Reuniões Científicas, organizadas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC).

O terceiro artigo, “O Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) e suas repercussões na produção acadêmica”, do professor, Moisés Pereira da Silva, em parceria com Jôyara Maria Silva de Oliveira e Leonardo Rossini da Silva. Por meio de uma abordagem qualitativa, são analisados os dados de dois bancos de teses e dissertações que tratam do tema da escravidão contemporânea. As teses consultadas no estudo constituem roteiro discursivo sobre o trabalho escravo contemporâneo, explicitando toda a diversidade de termos que têm uma historicidade que parte da noção de escravidão por dívida – apresentada, primeiramente, por Casaldáliga (1972), e depois nos estudos de Esterici (1987), Martins (1997) e Figueira (2004), entre outros – e vai até o conceito de trabalho análogo a escravo, trabalhado por Eduardo da Costa (2019).

Para fechar o bloco e o dossiê sobre trabalho escravo desta edição da Revista *Meta-xy*, o artigo intitulado “Duas décadas de GPTEC: uma trajetória de lutas e de partilha”, de Suliane Sudano, traz reflexões sobre os modos de relação construídos e compartilhados, expondo afetos e efeitos dos encontros. Metodologicamente, articula-se empiria e reflexão filosófica, por meio da realização de entrevistas e pesquisa bibliográfica. As reflexões resultantes deste estudo apontam para a capacidade dos bons encontros de aumentarem a potência de ação dos sujeitos no contexto de experiências coletivas.

O presente dossiê sobre escravidão contemporânea apresenta aos leitores da Revis-

Apresentação

ta Metaxy uma oportunidade de adentrar a temáticas relevantes para a compreensão da história do tempo presente, não perdendo de vista os acontecimentos passados que conformam o contexto histórico, social, político e ambiental em que vivemos na contemporaneidade.

O último texto escolhido para compor esta edição traz uma reflexão sobre “Direitos Humanos, Necrocapitalismo e neofascismo nos tempos da pandemia”. De autoria de João Ricardo Wanderley Dornelles, o texto demonstra que a pandemia de Covid-19 aprofundou o quadro de crise que já existia anteriormente e que, nos anos anteriores, já atingia diretamente as formas democráticas de organização sociopolítica das sociedades contemporâneas, limitando e destruindo liberdades políticas, direitos sociais e ambientais e derrubando os muros que ocultavam a verdadeira face do modelo de organização social do capitalismo. A pesquisa aqui relatada buscou entender o contexto da crise em sua tripla dimensão (crise do capitalismo; crise de hegemonia da democracia liberal; crise sanitária do coronavírus) e a ameaça real às conquistas de direitos humanos com a ascensão dos novos fascismos.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura e celebramos os 20 anos do GPTEC com esperança de mais décadas de estudos, encontros e afetos, conforme nos inspira o texto de Suliane Sudano, que encerra o dossiê desta edição..

Referência Bibliográfica

- AGÊNCIA GOV | via MTE. Combate ao trabalho escravo: resultados de 2024 e os 30 anos de política de erradicação: No ano passado, a política pública de combate ao trabalho escravo alcançou, ao todo, 5.741 trabalhadores. Libertou mais de 2 mil pessoas e garantiu R\$ 7 milhões em direitos trabalhistas. **Agência Gov**, Trabalho e Emprego, 28 jan. 2025. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202501/combate-ao-trabalho-escravo-resultados-de-2024-e-os-30-anos-da-politica-de-erradicacao>. Acesso em: 28 set. 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: editora Brasiliense, 1977.
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Feliz do Araguaia: Prelazia de São Felix, 1971.
- DA COSTA, Eduardo Antônio Resende Homem. **O discurso parlamentar sobre o enfrentamento ao trabalho análogo ao escravo no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo sobre a força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

.....**Quão penosa é a vida dos senhores**: discurso dos proprietários sobre o trabalho escravo. CPDA-UFRRJ, 1999. Dissertação de mestrado..

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Sacramento: Bertolucci, 2007.

JUNQUEIRA, Diego. "Volkswagen é condenada em R\$ 165 milhões por trabalho escravo na ditadura". In **Repórter Brasil**. <https://reporterbrasil.org.br/2025/08/volkswagen-e-condenada-a-r-165-mi-por-escravidao-na-amazonia-durante-ditadura/>. Acesso em 28 setembro 2025.

IANNI, Octavio. A luta pela terra uma área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, José de Souza. "A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In **Tempo Social**, USP, v. 6, números 1 e 2, 1994 (editada em 1995).

MTE. MTE resgata 563 trabalhadores em situação análoga à escravidão em obra de usina de Mato Grosso". 07/08/2025. In **gov.br** <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/agosto/mte-resgata-563-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-obra-de-usina-no-mato-grosso>. Acesso em 29 set 2025

SUZUKI. Natália, FAUSTINO, Matheus. "Eles nunca esqueceram: os trabalhadores que acusam a Volkswagen de escraviza-los". In Repórter Brasil. 08 julho 2024. <https://reporterbrasil.org.br/2025/07/trabalhadores-acusam-volkswagen-trabalho-escravo>. Acesso 30 set 2025.

SILVA, Danielly. TRT-8 condena a Volkswagen por trabalho escravo e tráfico de pessoas: indenização de R\$ 165 milhões". In Justiça do Trabalho TRT da 8ª Região (PA/AP). s/d <https://www.trt8.jus.br/noticias/2025/trt-8-condena-volkswagen-por-trabalho-escravo-e-traffic-de-pessoas-indenizacao-de-r>. Acesso em 28 setembro 2025.